

O Custo do Nosso Silêncio: O Que Falhou Todos Estes Anos na Proteção das Vítimas?

written by Alexandra Serra | 24 de Junho, 2026

OCIDADÃO
Journalism Libre

OPINIÃO
Alexandra Serra



Olhar para o panorama da violência doméstica, da negligência infantil e do abandono de idosos em Portugal obriga-nos a fazer uma pergunta desconfortável: o que falhou em todas estas décadas de planos oficiais, comissões e discursos políticos?

A resposta não reside na ausência de leis. Portugal tem uma das legislações mais robustas da Europa e os conceitos teóricos de proteção estão escritos no papel. O que falhou e continua a falhar catastroficamente é a distância abissal entre o Palácio e a Calçada. Falhou a eficácia da engrenagem no terreno, a incapacidade de antecipar a tragédia e, acima de tudo, a ilusão de que o isolamento se combate com burocracia.

Historicamente, o sistema falhou em três eixos fundamentais:

A Resposta Reativa em Vez da Ação Preventiva

Andamos há anos a correr atrás do prejuízo. O Estado desenhou um sistema que é exímio a contar corpos, a registar queixas e a instruir processos depois de o crime acontecer, mas que permanece cego perante os sinais que o antecedem. Na proteção de crianças, a sinalização é muitas vezes tardia; no caso das mulheres, o tempo que decorre entre a denúncia e a medida de coação real é, frequentemente, a janela da sua execução; nos idosos, a solidão é tão profunda que os maus-tratos prescrevem no silêncio de quatro paredes.

A Falha na Monitorização e na Leitura de Dados

Não se pode combater aquilo que não se conhece em detalhe. Falhou a centralização de dados e a investigação científica contínua no terreno. O país funciona à base de estatísticas macro, mas descure a micro-realidade de cada região, de cada concelho, de cada aldeia. Sem um diagnóstico em tempo real que cruze o absentismo escolar de uma criança com o isolamento de um idoso e a queixa de uma mulher na mesma comunidade, as respostas continuam a ser avulsas, cegas e ineficazes.

A Centralização e o Esquecimento do Interior

Durante demasiado tempo, os recursos de ponta, as grandes delegações de apoio e os polos de inovação social ficaram concentrados nos grandes centros urbanos. O Interior do país foi remetido a uma sub-representação de respostas estruturadas. No entanto, é precisamente onde a interioridade, o envelhecimento demográfico e a interiorização da vergonha social são maiores que a proteção falha mais depressa. Romper o ciclo de abuso no Interior exige descentralização e proximidade absoluta.

“A proteção de menores, de idosos e de mulheres não se faz em gabinetes estanques; faz-se na intersecção entre a ciência, a

comunidade e a monitorização constante.”

Precisamos, urgentemente, de passar da era da reação para a era da antecipação. É obrigatório criar novas ferramentas que estudem o fenómeno a nível local e nacional, que capacitem as instituições no terreno com ciência de ponta e que deem às vítimas uma rede de proximidade inquestionável.

O diagnóstico de anos de falhas está feito. O que o futuro exige de nós não são novas leis; são novas estruturas, novos olhares e a coragem de cruzar dados para salvar vidas antes que o silêncio ganhe.